

32°. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GRUPO DE TRABALHO 11
DEMOCRACIA, COMUNICAÇÃO POLÍTICA E ELEIÇÕES**

**O PARTIDO PIRATA SUECO E O NOVO CENÁRIO
POLÍTICO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

MARCELO R. CHIMENTO

1. Introdução

“Nós queremos mudar a legislação global para facilitar a emergência da sociedade da informação, que é caracterizada pela diversidade e abertura” (2008, p. 1).¹ A frase inicial da Declaração de Princípios do Partido Pirata da Suécia deixa claro que esta agremiação, fundada em 1º. de janeiro de 2006 a partir de um *site* na Internet, quer ir muito além do debate cibernético. Concebido com o objetivo de disputar vagas no Parlamento nacional e espaço na mídia internacional, o partido gera uma mudança radical na agenda política tradicional, introduzindo questões latentes na sociedade do século XXI, como os limites do direito autoral no ambiente virtual.

Em busca de influência na sociedade sueca, o partido não se limita à organização e à discussão na Internet. A agremiação busca apoio através da mídia, das campanhas eleitorais e de “pontes comunicativas” com outros atores sociais, abordando desde o combate ao terrorismo até a dificuldade de comprar remédios caros. Dessa forma, o objetivo central do trabalho é analisar a contribuição desta experiência para a política virtual.

Antes de avançar no debate, é preciso explicar a composição e as idéias deste partido. Criado por usuários da Internet com forte interesse no potencial das novas tecnologias e liderado por Rickard Falkvinge, empresário da área de tecnologia da informação, o Partido Pirata sueco apresenta três bandeiras principais:

- A defesa das liberdades individuais e do sigilo das comunicações;
- A revisão das leis de direitos autorais para permitir o intercâmbio livre de bens culturais;
- O fim das patentes, que estariam funcionando como monopólios privados de tecnologia.

Independente de um julgamento sobre as propostas citadas, o que não é o objetivo aqui, o presente trabalho analisa o novo cenário da sociedade da informação², que está na origem destas idéias, além das mudanças na prática política que foram proporcionadas pelas

¹ O trecho correspondente na tradução é: “We wish to change global legislation to facilitate the emerging information society, which is catecterized by diversity and openness”.

² Diante das diversas definições e análises para a sociedade da informação, é importante ressaltar que adotamos aqui a descrição de Luís Manuel Borges Gouveia (2004). Ele a define como uma sociedade em que a informação passa a ser elemento central na atividade humana e que usa as tecnologias de comunicação para potencializar as relações entre pessoas e delas com as organizações.

novas tecnologias de comunicação. Ainda destacamos como o Partido Pirata usa o potencial da Internet a seu favor.

Em seguida, analisamos as estratégias do partido para estabelecer ligações com outros atores sociais, através da imprensa e do debate eleitoral. A idéia básica para conquistar apoio é ampliar o escopo das propostas e aplicá-las tanto à Internet quanto à vida cotidiana. Neste ponto, explicaremos com mais detalhes como o partido apresenta suas principais idéias.

Por fim, com base no conceito de “esfera pública”, desenvolvido por Habermas, a conclusão deste estudo apresenta considerações sobre o potencial da Internet (e a contribuição da mídia tradicional) para a consolidação de novas forças políticas, além de uma reflexão sobre as estratégias necessárias para superar as limitações do debate no ambiente virtual.

2. O imaginário cibercultural e a nova política

Neste capítulo, analisamos as idéias que permearam a evolução da Internet, com ênfase nas duas visões opostas – a otimista e a pessimista – sobre o potencial das novas tecnologias. Em seguida, destacamos como a Internet abre novas possibilidades para a prática política e, finalmente, revelamos como o Partido Pirata se apropriou destas características da mídia eletrônica para mobilizar seus militantes e ampliar drasticamente a difusão de suas opiniões.

2.1 Narrativas da Cibercultura

Antes de avançar na discussão política, é preciso definir e analisar o imaginário no qual estas propostas surgiram. Na introdução de “Cibercultura” (1999, p. 11), Pierre Levy se define como um otimista em relação às novas tecnologias. E ele cita duas razões básicas para isso: a Cibercultura vem se desenvolvendo a partir de um movimento internacional de jovens que buscam formas de comunicação inovadoras; e porque o mundo atual gerou um novo meio de comunicação com potencialidades positivas nos planos econômico, político, cultural e humano.

De acordo com Jakub Macek (2005, p. 17), quatro narrativas básicas resumem o imaginário que reflete estas “potencialidades positivas”. Elas podem ser definidas da seguinte forma:

- Tecnologia como agente de mudança.
- Tecnologia como liberdade/poder/*empowerment*

- Tecnologia e a formação de uma nova fronteira.
- Tecnologia e autenticidade.

Influenciado por Marshall McLuhan, segundo o qual cada meio de comunicação “configura e controla a proporção e a forma” das ações humanas (2005, p. 23), este imaginário apresenta a noção de que as novas tecnologias são extensões do corpo e, portanto, ampliam as capacidades de cada indivíduo. Isso levaria ao fortalecimento do sujeito e enfraqueceria as formas de poder centralizadas.

Para Levy, a Internet é universal sem ser totalitária, tratando de fluxos de informação bidirecionais, imediatos e planetários, sem uma homogeneização dos sentidos, potencializando vozes e visões diferentes.

Voltando às definições de Macek sobre as narrativas ciberculturais, o autor vai além e lembra que as tecnologias permitem a criação de novas formas de cultura, alheias às normas do “mundo real” (2005, p. 19), e que estariam sendo encaradas como a exploração de uma “nova fronteira” humana. Da mesma forma, o conceito de autenticidade está em xeque, já que as experiências nos ambientes virtuais tiram o referente do mundo físico.

Para contextualizar tais idéias, é preciso ressaltar que, na gênese do imaginário cibercultural, foi marcante a influência de *ciberpunks* e defensores da contracultura, que enxergavam na Internet um mecanismo subversivo. É o que afirma Daniel Harris, quando relaciona o ciberespaço com pôsteres de Jimmy Hendrix:

O imaginário do ácido estava intimamente ligado à adolescência de muitos designers de softwares, que cresceram num período em que submarinos amarelos e olhos dilatados com nuvens de cogumelos atômicos como pupilas estavam associados com rebelião e individualismo. O ciberespaço tem certo visual estético porque seus inventores se vêem como pioneiros anárquicos. (2001, p. 134-135) **tradução nossa**³

Na imagem do “pioneiro anárquico”, citada acima, aparece mais uma vez a questão da “nova fronteira” a ser explorada. Este conceito, associado ao desaparecimento dos antigos limites culturais e até econômicos, está ligado às idéias do Partido Pirata, pois tanto os direitos de autor quanto as patentes se relacionariam a uma “velha ordem”, na qual a posse seria mais importante do que a circulação.

³ O trecho correspondente na tradução é: “acid-trip imagery was intimately linked to the adolescence of many software designers, who grew up during a period in which yellow submarines and dilated eyes with atomic mushroom clouds for pupils were associated with rebelliousness and individuality. Cyberspace has such an ornate aesthetics because its inventors see themselves as anarchic pioneers”.

A menção especificamente ao termo “anárquico” também indica uma influência decisiva para o projeto libertário do partido. Em sua Declaração de Princípios, a agremiação sueca rejeita qualquer mecanismo para ampliar o controle do Estado sobre o cidadão e destaca os benefícios de uma “sociedade aberta”.

No entanto, Macek aponta uma vertente oposta – a dos “pessimistas”, que se contrapõe à dos “otimistas” (2005, p. 18). Para esta linha de pensamento, as novas tecnologias de comunicação servem exatamente para potencializar as formas de controle a serem empregadas pelas classes dominantes. Desta forma, critica-se uma espécie de “determinismo tecnológico”, pelo qual a tecnologia, por si só, teria condições de trazer mudanças positivas para a sociedade.

Nesta linha, a crise da autenticidade cria o que Baudrillard chama de “simulacro” (1991), ou seja, o surgimento de experiências, objetos e códigos “hiper-reais”, que seriam mais reais até do que a realidade.

Ainda na perspectiva pessimista, Lemos analisa as posições de Virilio e Sfez (LEMOS, 2002, p. 77). Segundo Virilio, as novas tecnologias do tempo real geram a institucionalização do esquecimento, já que elas demandam respostas imediatas e não privilegiam o debate e a reflexão. De acordo com esta visão, a comunicação de massa seria transformada num mero processo de comutação, em que valeria apenas a circulação livre de informações.

Por sua vez, Sfez pensa a comunicação como uma moribunda, morrendo por excesso. As tecnologias digitais estariam instituindo uma “sociedade Frankenstein”, marcada pela repetição e pelo isolamento, segundo Lemos (2002, p. 81).

Neste ponto, vale destacar o conceito de “tautismo”, desenvolvido por Sfez ao reunir as palavras “tautologia” e “autismo”, além de evocar a idéia do totalitarismo. A tautologia está expressa na “repetição do mesmo”, enquanto o autismo está representado num ser humano que vive encerrado em si mesmo. Num mundo dominado pela tecnologia, que engloba o sujeito, a realidade representada torna-se realidade objetiva.

No caso da política, os estudos de Sfez apontam para o fenômeno midiático como fonte de uma imagem primordial, que se torna um aspecto decisivo para o debate eleitoral numa sociedade em que a mídia adquiriu papel fundamental.

Igualmente cético sobre o potencial “libertador” da Internet, Dan Schiller diz que a rede é tão influenciada pelas forças sociais como qualquer outro meio de comunicação e que, na verdade, ela serve como “aparato central” de uma economia transnacional em forte expansão (1999, p. XIV).

De acordo com os estudos críticos de Lorenzo Vilches (2003, p. 40), o novo sistema econômico transnacional gera imensas desigualdades dentro de cada país, entre os “conectados” e os “não-conectados”. Para o autor, a “migração digital” provocou uma intensa transformação na dinâmica social, como aquela ocorrida do campo para a cidade, durante o alvorecer da era industrial.

Vilches afirma ainda que o regime de propriedade dos bens materiais começa a se deslocar para um sistema de comércio internacional que troca a exportação de produtos pela exportação de idéias. Enquanto *sites* de música avançam no compartilhamento de arquivos, gerando atritos com as gravadoras, diversas empresas de comunicação avançam para o fornecimento de serviços pagos, em que vale mais a utilidade do que a qualidade.

De acordo com o autor, isso gera uma conseqüência para as discussões públicas, pois as notícias se transformaram em instrumentos indiretos de *marketing*: “A informação foi convertida em convenção midiática que serve para negociar esferas de influência dos atores sociais” (VILCHES, 2003, p. 52).

Consciente sobre a dificuldade para encontrar informações relevantes na imensidão de dados da Internet, como destaca Sfez, e sobre a necessidade de construir relações sociais para negociar esferas de influência, como afirma Vilches, o Partido Pirata sueco irá se mover rapidamente para as ações políticas além da Internet, como avaliaremos mais adiante neste trabalho.

2.2 Mudanças na política

Após analisar os estudos críticos sobre o potencial da Internet (e suas limitações), passamos a analisar mais detalhadamente as mudanças que surgem na prática política. Citando Rouanet, André Lemos diz que a política pós-moderna constitui-se como:

uma política segmentária, exercida por grupos particulares, política micro-lógica, destinada a combater o poder instalado nos interstícios os mais imperceptíveis da vida cotidiana. A meta não é mais a política do universal, mas aquelas microscópicas, política das minorias [...] (2002, p. 68).

Estas idéias introduzem o mito do “fim da política”, pelo menos nos seus moldes tradicionais, como afirma Vincent Mosco (2004, p. 98). Diante de um modelo de sociedade horizontal, ou seja, menos hierarquizado, ganham força propostas como a Magna Carta para a Era do Conhecimento (MOSCO, 2004, p. 106), criada pela Fundação do Progresso e Liberdade (PFF, na sigla em inglês), um centro de estudos norte-americano que analisa os

impactos das novas tecnologias de comunicação na sociedade. A idéia básica do manifesto é propor aos atores sociais um novo padrão político, no qual o Estado abriria espaço para a participação direta dos cidadãos.⁴

Como conseqüência deste modelo, Michael Schudson afirma que, nas democracias industriais avançadas, sindicatos, igrejas e partidos tradicionais (organizações que possuem poucos líderes e muitos seguidores), perdem espaço para grupos menores que defendem temas específicos e conseguem espelhar, com muito mais precisão, as preferências dos cidadãos (1995, p. 221).

Neste cenário, segundo Schudson, cada vez mais pessoas aprendem a praticar o ritual da política e geram “mobilizações cognitivas” em torno de suas propostas – e não mais em torno de grandes organizações ou ideologias totalizantes.

Diante deste contexto, Wilson Gomes enumera as novas possibilidades da prática política no ambiente virtual:

a) reforçam ou constituem vínculos civis de concernimento, e conseqüentes mobilizações, em torno de temas e questões - daí os exemplos das cartas-correntes políticas, das campanhas mundiais para envio de correspondência eletrônica a pessoas e instituições do Estado com vistas a pressioná-las em favor de uma causa determinada, e formas semelhantes; b) podem diminuir consideravelmente a ‘invisibilidade’ dos temas e posições em debate no Parlamento para o cidadão comum culto, aumentando, de algum modo, a possibilidade de acompanhamento das disputas sobre a coisa pública; c) permitem um tipo particular de engajamento que não solicita necessariamente uma mobilização plena e constante do cidadão; mais de acordo, portanto, com a sensibilidade das formas de cidadania contemporâneas, a saber, mais flexíveis, menos doutrinárias, mais eventuais, menos sistêmicas, mais privadas e hedonistas, menos burocráticas (2001, p. 3-4).

Dessa forma, a participação política torna-se mais eventual, mas também ganha em diversidade e potencial de mobilização. Esta mudança recebe um impulso ainda maior porque a informação na rede disponível ao acesso *online* não é formada basicamente por “material circulante”, ou seja, aquele que se refere a um período de tempo específico e se torna caduco rapidamente, mas por material arquivado e facilmente disponível (GOMES, 2001, p. 6).

Isso significa que a formação da opinião política depende menos de um acompanhamento diário da agenda política do jornalismo, pois, na maioria dos casos, esta informação ficará disponível na Internet por um tempo indeterminado, permitindo ao cidadão acessar aqueles dados quando for necessário e com os enquadramentos que ele quiser empregar – muitas vezes, diferentes dos usados pela mídia.

Além disso, a formação da opinião política fica menos dependente da localização física do usuário e do conjunto dos meios de comunicação que estão disponíveis em seu

⁴ Sobre a *The Progress & Freedom Foundation* (nome em inglês da fundação citada), confira mais informações no link: <http://www.pff.org/>.

ambiente. Este último fator permite ao cidadão superar qualquer tipo de barreira ou censura numa imprensa local ou mesmo a inexistência dela (GOMES, 2001, p. 7).

2.3 A contestação da mídia tradicional

Em *Blog: entenda a revolução que vai mudar seu mundo*, Hugh Hewitt resume a questão da seguinte forma: com as novas mídias, a mediação de jornais ou editores torna-se dispensável. Abordando especificamente os blogueiros, o autor afirma que eles “não precisam convencer ninguém a ter o direito de convencer alguém. O monopólio da informação, especialmente no mundo da política, foi abalado porque os editores perderam a sua autoridade” (HEWITT, 2007, p. 140).

Entre os motivos para essa perda de autoridade, Hewitt cita a homogeneização dos veículos da grande imprensa (2007, p. 123). Independente das avaliações do autor sobre as posturas políticas da imprensa americana, o mesmo fenômeno foi observado por Aldé em sua análise sobre a influência da mídia para a opinião política do cidadão brasileiro. Segundo ela, “os meios de comunicação de massa oferecem maciçamente uma diversidade limitada de enquadramentos” (ALDÉ, 2004, p. 136).

Isso é resultado da própria estrutura dos meios de comunicação, especialmente da televisão. Aldé (2004, p. 175) analisa três mecanismos cognitivos básicos da TV: o primeiro é a “essência dos fatos”, ou seja, o recurso freqüente de enquadramentos pré-processados para expor os fatos políticos com simplicidade no noticiário – em geral, isso significa dotar a notícia de uma “moral da história”. O segundo é o “estatuto visual da verdade”, pelo qual as imagens naturalizam os sentidos usados pela mídia. Finalmente, resta a “personalização da política”, isto é, a tendência a criar estereótipos e imagens afetivas a partir de visões simplificadas – e generalizantes – dos negócios públicos.

Neste contexto, surgem as críticas de que a mídia distorceu a política e transformou-a em sensacionalismo, atendendo às demandas do mercado por audiência e desprezando a cidadania. É o que afirma Wilson Gomes, no artigo *Internet e participação política em sociedades democráticas* (2005, p. 62 – 63).

Segundo Aldé, existe uma impressão generalizada no brasileiro de que o sistema informativo nacional é manipulado (2004, p. 182) e que, no caso de certos telejornais, “falta a essência”, ou seja, a explicação dos enquadramentos que orientam a leitura e fornecem chaves reaproveitáveis cognitivamente – principalmente para o cidadão que está mais interessado nos assuntos políticos.

Em resumo, faltaria uma opinião mais clara e confiável, sem “interesses escusos por trás”. Em vez de ser simplesmente alienado, o cidadão brasileiro reconhece a importância da política na vida das pessoas e seu interesse pela condução dos negócios públicos (ALDÉ, 2004, p. 202). A autora faz até uma comparação entre o estilo do apresentador Boris Casoy e o formato do *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*.

Na naturalização dos enquadramentos sobre a política, presente na tendência dos indivíduos a incorporar explicações visualmente “comprováveis”, o *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, ocupa um espaço próprio, por ser considerado, de modo bastante consensual, um noticiário “frio”, objetivo, sem a opinião e emoção que caracterizam outros jornais e outros apresentadores. Especialmente para os espectadores mais informados, essa constatação reveste-se de um tom crítico – o *JN* não cumpriria o papel fundamental de “passar a essência”, os porquês, avaliando os fatos, permitindo ao espectador incorporar explicações que levem à ação, ou mesmo à reação (ALDÉ, 2004, p. 190).

Hewitt identifica a mesma demanda por opinião no público americano e afirma que aí surge o papel decisivo dos *blogs* (2007, p. 123-124). Ao apontar claramente suas opiniões, os *blogs* podem atrair leitores que se identifiquem com o autor e busquem a informação confiável. Hewitt explica o fenômeno com seu exemplo particular como radialista, que leva sua confiabilidade para o *blog*.

A maioria das pessoas que lê Hugh Hewitt o faz porque confia em mim e não tem tempo ou disposição para vasculhar as notícias políticas, nacionais ou internacionais todo dia ou hora, ou editar o que pode ler. Eu sou um atalho, uma conveniência (HEWITT, 2007, p. 121).

A partir de sua experiência como radialista e blogueiro nos Estados Unidos⁵, Hugh Hewitt conclui sua reflexão sobre a Internet afirmando que a “mídia hegemônica não pode mais controlar o campo de batalha” e que a nova era da informação virtual pode ser definida desta forma: “O público tem a palavra final. Não há como voltar atrás, apenas um esforço interminável para conquistar e manter audiência com base em credibilidade” (HEWITT, 2007, p. 124-125).

As palavras de Hewitt reforçam a esperança de uma verdadeira democratização da informação política e dos fóruns de discussão, fatores essenciais para o bom funcionamento do sistema representativo. O novo meio de comunicação, com seu modelo complexo, descentralizado e de amplo acesso, permitiria ao cidadão informar-se suficientemente e buscar uma interação mútua com seus representantes.

⁵ Para saber mais sobre a experiência de Hugh Hewitt, confira o *blog* dele: <http://hughhewitt.townhall.com/blog>. Acesso em 23 jun. 2008.

2.4 A ‘esfera pública virtual’

As semelhanças apontadas acima levam os estudos acadêmicos a avaliar o surgimento de uma “esfera pública” na Internet. É o que se discute, por exemplo, no trabalho *Democracia e Internet como esfera pública virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*, de Rousiley Maia (2001).

Antes de avançar nesta questão, é preciso explicar melhor o conceito de “esfera pública”. Para Habermas, ela funciona como “elemento de junção” (2007, p. 3), ou seja, é uma instância que interliga as discussões dos cidadãos e as arenas decisórias do Estado. Ao selecionar os assuntos que devem gerar decisões políticas e produzir opiniões públicas concorrentes sobre estes temas, a partir do debate racional e sem hierarquias entre os envolvidos, a ação comunicativa orienta a formação da vontade dos cidadãos e exige que o sistema político seja mais transparente e adaptado a esta realidade.

Sobre a Internet, especificamente, Habermas afirma que ela amplia drasticamente o potencial das “esferas públicas”, com um intercâmbio “mais intenso do que em qualquer época anterior” (2006, p. 4-5).

Ao analisar estas instâncias de debate, a comunicação informal, que ocorre entre indivíduos fora das arenas políticas formais e dos espaços físicos, pode ser vista como recurso importante para uma interpretação mais produtiva das preocupações políticas defendidas por grupos sociais (MAIA, 2001, p. 4). Afinal, a Internet amplia o alcance das mensagens destas agremiações e potencializa as mobilizações em torno de ações concretas, como é o caso do Partido Pirata.

Justamente por isso, Rousiley Maia destaca a importância da diversificação dos fóruns virtuais, impulsionados pelos grupos sociais que defendem questões específicas. Por seu interesse especial no debate político, estes grupos estariam mais aptos a desenvolver ações constantes e criar “pontes comunicativas” com os usuários leigos, interferindo na formação da opinião pública (2002, p. 66).

2.5 A experiência pirata na Internet

Tentando aproveitar este potencial de interação com a sociedade, o Partido Pirata sueco usa a Internet para mobilizar seus seguidores, combinar eventos, apresentar suas posições e ampliar o debate.

Em 24 horas após a criação do *site*, o Partido Pirata conseguiu reunir mais de 2 mil assinaturas de apoio. No início do ano passado, seus membros chegaram a 9.600 pessoas, mas caíram para cerca de 5.700 no fim do ano passado, à medida que ficou para trás o debate eleitoral de 2006.

A agremiação também criou, em seu *site* (www.piratpartiet.se), um fórum de discussão para reunir pessoas com interesses comuns, inclusive com espaço para brasileiros⁶. O movimento cresceu e outros Partidos Piratas já estão se organizando em 20 países, como Alemanha, França, Espanha e Estados Unidos.⁷ Já surgiram até resultados políticos no exterior, como este trabalho mostrará adiante.

O fórum virtual apresenta uma relação dupla com a ação política: parte dos fóruns se organiza por países, com a intenção de discutir questões locais e programar ações fora da Internet. Mas também há espaços para discutir vários assuntos, como direitos autorais, privacidade e patentes.

Com o claro objetivo de atingir o maior número possível de pessoas, o partido mantém em seu *site* uma página internacional, com textos em inglês. Neste espaço, além dos fóruns citados anteriormente, o partido disponibiliza um e-mail para envio de dúvidas, sugestões e perguntas, sejam de cidadãos ou da imprensa. O manifesto com os princípios da agremiação foi traduzido para sete idiomas: búlgaro, alemão, holandês, inglês, espanhol, italiano e finlandês.

Além disso, o *site* da agremiação cria espaços para contribuições financeiras, apresenta um amplo arquivo com manifestos, textos sobre assuntos de seu interesse e a história do partido, além de *links* para *sites* de grupos que também tentam se organizar como partidos piratas em diversos países.

Por fim, vale ressaltar que a Internet facilitou as mobilizações dos seguidores do Partido Pirata. Um caso é exemplar: no dia 31 de maio de 2006, a polícia sueca fez uma operação para fechar o *site* *The Pirate Bay*, que permitia o *download* de músicas, vídeos, *softwares* etc. Apenas três dias depois, o Partido Pirata organizou eventos de protesto,

⁶ O site com a discussão sobre a criação de um Partido Pirata no Brasil pode ser acessado no seguinte link: www.partido-pirata.org

⁷ Para conferir a lista completa de países que possuem fóruns e grupos organizados como Partidos Piratas, acesse <http://www.piratpartiet.se/international>.

chamados de “demonstrações piratas”, em Estocolmo e Gotemburgo. As manifestações contaram com o apoio dos setores jovens de agremiações verdes, liberais e de esquerda.⁸

3. Estratégias para superar limitações

O capítulo acima demonstrou como o Partido Pirata se alimentou das idéias sobre as novas tecnologias e utilizou as novas possibilidades da política virtual para facilitar sua organização e ampliar seu poder de difusão e mobilização. Porém, é preciso retomar as críticas à Internet para explicar por que (e como) a agremiação decidiu partir para outras estratégias de ação política, além da mídia eletrônica.

3.1 Problemas para a política virtual e a opinião pública ‘refinada’

Não restam dúvidas de que o Partido Pirata é um reflexo do imaginário sobre a Internet e suas propostas estão intimamente ligadas às demandas dos “cibercidadãos”. No entanto, deve-se ressaltar que o debate público no ambiente virtual esbarra, inicialmente, em dois problemas: a exclusão digital e a falta de motivação para a participação política.

É preciso lembrar que, mesmo na Suécia, 23,8% dos habitantes não têm acesso à rede, como revelou matéria do jornal *Correio Braziliense*, no ano passado. O país ocupa o segundo lugar no *ranking* da União de Telecomunicações Internacionais (UTI) sobre acesso à Internet, no qual o Brasil está na 76ª. posição, possuindo apenas 17,2% dos habitantes como usuários da rede.⁹

Em relação ao desinteresse pelos debates políticos, Rousiley Maia afirma que há uma grande ignorância do público sobre as ações do governo e as plataformas partidárias. Segundo ela, pesquisas que seguem uma linha cognitivista mostram que as pessoas em geral retêm uma parcela mínima das informações relativas à política factual e que a maioria falha nos testes cívicos mais convencionais. A autora reforça sua tese com um exemplo europeu:

Estudos sobre a experiência da implementação da Internet em Bolonha, que garantiu a universalidade de acesso a toda a sua população, evidenciaram que os grupos de discussão mais populares estavam ligados a sites de entretenimento e a temas a-políticos, como culinária, esporte e viagem (2002, p. 53).

⁸ Para mais informações sobre a “demonstração pirata”, consulte o *link*: http://www.theregister.co.uk/2006/06/05/pirate_bay_reemerges/

⁹ Veja a íntegra da reportagem citada sobre a Internet mundo afora neste link: <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=479>.

Sobre esta questão, Wilson Gomes apresenta a seguinte definição para o problema: somente a mudança de tecnologia não poderia alterar automaticamente o sistema político e uma cultura de desinteresse (2005, p. 72), pela qual a política é vista como incompreensível, sem regras e fora do campo de atuação dos cidadãos.

Além disso, com tanta informação pela Internet, a dificuldade de encontrar dados relevantes cria, para Castells, outra desigualdade séria: a que separa interagentes, aqueles que selecionam seus conteúdos, e os receptores, que consomem apenas opções pré-empacotadas – em geral, dos meios de comunicação de massa que já estão atuando nos ambientes virtuais (1999, p. 433).

Ainda há mais problemas. Com a tendência de que comunidades para debate político reúnam só pessoas com idéias semelhantes, faltaria a diversidade necessária às discussões sobre os negócios públicos. É o que destaca José Eisenberg, no artigo *Internet, Democracia e República* (2003, p. 508 - 509).

E, quando há diversidade, nem sempre ela é garantia de debate racional. O anonimato é um bom exemplo disso. A possibilidade de manter-se incógnito – escrevendo sob pseudônimo ou simplesmente sem identificação – contribui para uma relação mais equilibrada entre os participantes da esfera pública virtual, mas também cria uma desconfiança séria entre os debatedores anônimos, pois se o discurso escrito já corrompe expressões emocionais e entonações, o anonimato anularia também a identidade do emissor (ALDÉ, CHAGAS e ESCOBAR, 2007, p. 35).

Diante das limitações para conquistar apoio social apenas via Internet, o que antes era um grupo de pessoas organizado nos fóruns virtuais passou a ser um partido político, com o claro objetivo de interferir no debate parlamentar.

Em seu manifesto para as eleições de 2006, a agremiação afirma que “falta conhecimento” aos partidos tradicionais sobre os temas citados e, portanto, propõe realizar um “debate construtivo” no Parlamento Sueco. Ou seja, a idéia é sair de uma opinião pública “bruta” para uma “refinada”, nos termos citados por James Fishkin. Ele define esta opinião “refinada” da seguinte forma:

A opinião pública deliberativa, ou “refinada”, [...] pode ser entendida como uma opinião emitida após haver sido testada, pensada e comparada com os argumentos e informações oferecidos conscientemente por outros que tenham uma visão oposta, num contexto onde a informação relativamente confiável seja disponibilizada (2002, p. 18).

3.2 ‘Pontes comunicativas’ e propostas concretas

A busca por espaço no Parlamento da Suécia é apenas uma das estratégias para conquistar apoio. Há muitas outras. Ainda no manifesto eleitoral de 2006, por exemplo, o partido esclarece suas propostas, ao mesmo tempo em que procura criar “pontes comunicativas” com outros atores sociais. A idéia é que estas discussões temáticas possam informar e subsidiar os processos de tomada de decisão, relacionando seus problemas práticos com as “categorias simbólicas” da sociedade. Maia define o desafio da seguinte forma:

Os atores da sociedade civil devem, além disso, ser criativos culturalmente, a fim de elaborar uma metalinguagem civil, relacionando os problemas práticos referentes às causas que defendem ao conjunto de categorias simbólicas da sociedade. Devem ser competentes politicamente, estabelecendo pontes comunicativas entre os diferentes atores sociais e ambientes de conhecimento, articulando de modo conseqüente demandas específicas (2002, p. 66).

Em relação à troca de arquivos via Internet, o Partido Pirata esclarece que seu objetivo é impedir o monitoramento de qualquer tipo de informação na rede. A agremiação afirma que a criação de mecanismos para controlar a troca de arquivos poderia levar ao monitoramento de outras formas de comunicação, ainda mais numa época posterior aos atentados de 11 de Setembro, na qual o combate ao terrorismo ganhou força na Europa e nos Estados Unidos. O Partido Pirata resume a questão desta forma em seu manifesto para as eleições de 2006:

Os argumentos para cada passo em direção a uma sociedade monitorada podem parecer muito convincentes, mas nós só precisamos olhar para a história recente da Europa para ver aonde este caminho leva. Passaram-se menos de vinte anos desde a queda do Muro de Berlim e há outros exemplos terríveis. Dizer que só devem temer os que têm algo a esconder é falta de conhecimento histórico e de coragem [...] Temos que interromper imediatamente este trem que nos leva para uma sociedade que não queremos. Os terroristas podem atacar a nossa sociedade aberta, mas só os governos podem evitar isso. O Partido Pirata quer garantir que isso não vai acontecer (2006, p. 1) **tradução nossa.**¹⁰

A referência à história do comunismo, ainda recente e forte na Europa, também reforça o apelo pessoal aos suecos, em particular, e aos europeus, em geral, diante de uma ameaça à liberdade que vai da Internet aos direitos civis.

¹⁰ O trecho correspondente na tradução é: “The arguments for every individual step towards a monitoring society may sound very convincing, but we only have to look at the recent history of Europe to see where the road leads. It is less than twenty years since the fall of the Berlin wall, and there are numerous other terrible examples. To claim that it’s only those with something to hide that has anything to fear is simply lacking knowledge of history, and lacking courage. [...] We have to pull the emergency break on the train running towards a society we don’t want. Terrorists can attack our open society, but only governments can disband it. The Pirate Party wants to ensure that this doesn’t happen.”

Sobre a questão do direito de autor, o partido defende que a legislação deixe claro que as punições existentes se referem apenas ao uso comercial de músicas, livros e outras obras artísticas. Afinal, a difusão da cultura é positiva. O manifesto cita ainda o caso de um milhão de suecos, que foram “transformados em criminosos” porque estavam trocando músicas e filmes na Internet.

Todas as aquisições não-comerciais, o uso, o melhoramento e a difusão de cultura devem ser ativamente encorajados. A Internet está exercendo hoje a mesma função que teve a educação popular há cem anos. Isso é muito bom para o desenvolvimento da sociedade (2006, p. 2) **tradução nossa.**¹¹

A comparação acima mostra que a Internet, para o partido, está associada à educação e à conscientização da população. Isso retoma o conceito clássico de revolução gerada pelo acesso amplo à informação presente nos estudos sobre o surgimento da imprensa, como o de Elizabeth Eisenstein (1998, p. 48).

Em relação às patentes, a idéia é evitar que a proteção impeça o acesso da população a novas tecnologias e medicamentos. O partido apresenta, em seu *site*, até uma alternativa para as patentes farmacêuticas, pela qual o Estado reservaria os recursos gastos na compra de remédios para investir em pesquisa.

Desta forma, segundo o Partido Pirata, as indústrias não precisariam recuperar os valores investidos em pesquisa, não haveria necessidade de patentes e os medicamentos ficariam até 70% mais baratos. O manifesto de 2006 resume a questão:

Da mesma forma, patentes são usadas para inibir a difusão e o uso do conhecimento, o que prejudica a sociedade como um todo. As patentes médicas fazem com que as pessoas em países pobres morram sem razão. Isso muda as prioridades na pesquisa e fazem com que os custos dos remédios se tornem um problema em qualquer orçamento público para a saúde (2006, p. 2) **tradução nossa.**¹²

Estas ligações com demandas sociais amplas revelam a estratégia de falar para toda a sociedade sueca, tentando conquistar apoio para questões que podem atingir a todos os cidadãos.

¹¹ O trecho correspondente na tradução é: “All non-commercial acquiring, using, bettering and spread of culture should be actively encouraged. The Internet is filing the same function today as popular education did a hundred years ago. It is something positive and good for the development of society”.

¹² O trecho correspondente na tradução é: “In a similar fashion, patents are used to inhibit the spread and use of knowledge, which hurts society as a whole. [...] Medical patents make people in poor countries die for no reason. It twists the priorities in research and makes the costs for medications a problem in every health care budget”.

3.3 Influência na mídia

Esta novidade na política sueca atraiu a atenção dos jornais locais. Em sua primeira semana de existência, com mais de 2 mil assinaturas de apoio, o partido foi tema de notícias em diversos jornais suecos, como o *Aftonbladet* e o *Dagens Industri*. Em seguida, vieram reportagens para a agência de notícias *France-Presse* e até a rádio britânica *BBC*.¹³

Mesmo com o potencial pluralista da Internet, o Partido Pirata deixa claro que a mídia tradicional não pode ser desprezada quando se pretende alcançar um público mais amplo e ampliar a discussão sobre assuntos polêmicos, como a revisão dos direitos autorais e do sistema de patentes.

Sobre a importância da imprensa, ainda mais num tema com fortes opiniões pré-concebidas, Emerson Cervi destaca que os cidadãos conquistaram maior autonomia para escolher seus interlocutores numa sociedade midiática:

A influência crescente da mídia de massa, desde o início do século XX, ocorreu simultaneamente à transformação de opiniões consistentes ao longo do tempo em opiniões cada vez mais voláteis e passíveis de transformações. [...] A mídia tem influência nesse processo, pois ela individualiza e atomiza a recepção das informações. As pessoas não mais se informam concomitantemente com os demais integrantes de seus grupos primários. Elas têm uma relação direta e constante com os meios de comunicação, o que as tornam mais independentes em relação a outros indivíduos de seus grupos primários no processo de formação de opiniões (2006, p. 64).

O partido também procura “criar suas notícias”. Em *release* divulgado para a imprensa, em agosto de 2006, divulgou-se um novo serviço na Internet que permitia a qualquer pessoa enviar a receber arquivos digitais sem ser monitorados. O serviço, promovido pelo Partido Pirata, se chamava Relakks, custava 5 euros por mês, com parte da renda revertida para a agremiação.

Ao comentar a iniciativa, o líder Rickard Falkvinge voltou a relacionar suas demandas com as ameaças do controle do Estado: “Se o governo pode checar tudo que o cidadão faz, ninguém pode colocar o governo em xeque. O direito à troca de informação privada é fundamental para a sociedade democrática”.¹⁴

Em busca de meios para vencer resistências históricas a temas que são tratados como crimes e conquistar apoio social, o Partido Pirata sueco também investe em manifestações

¹³ Confira a entrevista para a Agência France-Presse no link <http://www.thelocal.se/2791/20060103/>. As outras reportagens podem ser encontradas na Internet, a maioria em sueco.

¹⁴ Confira mais detalhes sobre o Relakks em http://www2.piratpartiet.se/nyheter/press_release_pirate_party_launches_worlds_first_commercial_darknet/.

públicas nas principais cidades do país, como as “demonstrações piratas”, realizadas em junho de 2006 e citadas anteriormente.

3.4 Um novo debate eleitoral

Em sua primeira eleição, realizada em 17 de setembro de 2006, as reportagens na mídia e as manifestações públicas do Partido Pirata sueco interferiram nas discussões públicas que envolveram o pleito.

Na ocasião, o Partido Verde incluiu a reforma da legislação de direitos autorais entre suas propostas. Os partidos moderados e de esquerda mudaram suas posições sobre *downloads* na Internet, enquanto diversos candidatos a primeiro-ministro afirmaram que não deveria ser ilegal que jovens compartilhassem arquivos na Internet.¹⁵

Tais atitudes revelam que o Partido Pirata conseguiu incluir seus temas nos debates públicos do pleito de 2006 na Suécia e até mudar as posições de alguns importantes atores políticos e sociais do país.

Na eleição, o Partido Pirata teve 34.918 votos, cerca de 0,6% dos mais de 5,6 milhões de eleitores que participaram do pleito – a agremiação ficou bem próxima da Iniciativa Feminista, que teve 37.954 votos. O vencedor foi o Partido Social-Democrata, que recebeu 1.942.625 votos (35%). Em segundo lugar, ficou o Partido Moderado, com 1.456.014 votos (26,2%).

Com esta votação, o Partido Pirata sueco terminou em décimo lugar e não conquistou cadeiras no Parlamento nacional, mas decidiu manter a estratégia para ampliar a interação com a sociedade sueca.

Além de seguir na disputa política na Suécia, o partido pretende trilhar o rumo continental e participar das eleições europeias em 2009.¹⁶ Para isso, será fundamental ampliar a integração com outros “partidos piratas” que se organizam na região a partir dos fóruns desenvolvidos pela agremiação sueca.

¹⁵ Sobre as manifestações de outros partidos, confira o texto em inglês no link: <http://www.p2pconsortium.com/index.php?s=fba462310c6345918a07848936a438de&showtopic=9496&st=20&p=79405&#entry79405>

¹⁶ Sobre a votação do Partido Pirata em 2006, confira em http://electionresources.org/panorama/archive/2006_09_01_archive.html.

Seguindo o exemplo da Suécia, o Partido Pirata da Alemanha foi o segundo do gênero a disputar uma eleição, no estado de Hesse, em 2008, recebendo cerca de 0,3% dos votos válidos.¹⁷

4. Conclusão

O debate proposto pelo Partido Pirata sueco perdeu parte de sua força com o fim do processo eleitoral de 2006, ainda mais porque a legenda não conseguiu eleger representantes para o Parlamento. O desafio para os novos grupos políticos que se organizam a partir da Internet, mas sem ligações com os partidos tradicionais, é justamente esse: manter suas bandeiras em debate público além das eleições ou de acontecimentos isolados, como foi o caso, na Suécia, da ação policial contra o *site The Pirate Bay*, no final de maio de 2006.

Não se pode negar que a Internet amplia o pluralismo de opiniões disponíveis sobre a política e favorece a ascensão de novas forças. Afinal, segundo Wilson Gomes, a mídia eletrônica reduz a dependência dos cidadãos em relação à imprensa para obter informação sobre os negócios públicos, permitindo o contato direto com os políticos e os grupos de interesses específicos (2001, p. 4).

No entanto, também se deve lembrar que há diversos problemas para que a Internet já possa ser vista, efetivamente, como uma “esfera pública virtual”, na qual a liberdade e a racionalidade garantiriam a eficiência do debate político num modelo de democracia deliberativa.

É preciso garantir as condições para a plena participação dos cidadãos, em situação de igualdade, para o êxito da discussão política na sociedade. Por enquanto, o mundo está longe deste cenário.

Como se não bastassem as restrições de acesso e a falta de motivação para o debate político no ciberespaço, Rousiley Maia alerta para o risco de centralização de poder em grupos econômicos tradicionais que dominam as tecnologias de comunicação e já investem na Internet (2002, p. 48 e p. 52). Outras questões, como a falta de opiniões divergentes em muitos fóruns virtuais e as implicações negativas do anonimato, foram analisadas anteriormente.

¹⁷ Para a votação do Partido Pirata na eleição de Hesse, na Alemanha, acesse o *link*: <http://209.85.207.104/search?q=cache:rt3jX4v8x1QJ:www.pp-international.net/node/403+www.pp-international.net/node/403/&hl=pt-BR&strip=1>. Acesso em 27 abr. 2008.

Está claro que os problemas são complexos, mas o exemplo do Partido Pirata mostra que há possibilidades a serem exploradas. Afastando-se do “determinismo tecnológico”, Bolter e Grusin, em *Remediation* (2000, p. 78) dizem que as mídias eletrônicas não podem ser condenadas ou glorificadas isoladamente, já que reúnem diversos meios anteriores e apresentam inúmeros aspectos da cultura atual. Portanto, devem ser analisadas nas interações com as forças sociais.

Para que o potencial da mídia eletrônica possa ser convertido numa verdadeira “esfera pública”, alguns desafios devem ser propostos. Inicialmente, é possível citar a promoção do amplo acesso à Internet, a capacitação dos cidadãos para usá-la criticamente, ou seja, além da simples diversão, e o desenvolvimento de conteúdos nas línguas nacionais e mais adaptados à realidade de cada país. Estas são metas essenciais para estimular a integração da sociedade ao ambiente digital. Mas isso é apenas o começo das mudanças necessárias para a democratização dos debates políticos.

Também é essencial que os diversos atores sociais lutem por regras e ações práticas para garantir a pluralidade das fontes de informação, como defende Alessandra Aldé (2004, p. 205), evitando o domínio completo do ambiente virtual pelas grandes empresas de mídia que avançam sobre o ciberespaço.

De acordo com José Eisenberg, há uma disputa sobre o uso político das novas tecnologias de comunicação e a sociedade precisa agir para que se firme o interesse da cidadania – e não o do mercado (2003, p. 509).

Sobre a questão da pluralidade, Habermas faz a seguinte crítica aos meios de comunicação tradicionais:

Com todas as suas dissonâncias, as opiniões públicas que se criam através da discussão e da polêmica são filtradas por informações e motivos que lhes dão pertinência sobre o assunto que as separa. [...] Os fluxos de comunicação selvagens de uma opinião pública dominada pelos meios de comunicação de massa não permitem, obviamente, discussões ou deliberações regulamentadas, tal como ocorre em tribunais e comissões parlamentares (HABERMAS, 2007, p. 3).

Sem a diversidade nas fontes de informação, e as controvérsias que levam à deliberação racional, a “esfera pública” sofre um sério revés em sua capacidade de representar as demandas da sociedade.

Para que seja possível a consolidação de um cenário mais democrático, que aproveite o potencial das novas tecnologias de comunicação, Eisenberg e Cepik (2002, p. 311-313), propõem uma agenda positiva que gira em torno de três questões básicas a serem desenvolvidas pelas autoridades e pela sociedade brasileira:

- Dotar o cidadão de poder para participar diretamente das deliberações públicas (*empowerment*).
- Ampliar e dar mais transparência aos mecanismos de prestação de contas (*accountability*) para que a sociedade possa avaliar e interferir concretamente nas políticas governamentais.
- Aumentar a capacidade de promover políticas públicas que sejam eficientes e atendam às demandas da sociedade.

De acordo com os autores, a questão do *empowerment* passa pela ampliação do acesso à Internet e pela educação da população para explorar o potencial das novas tecnologias de comunicação, como foi citado anteriormente.

Sobre a *accountability*, além de ampliar o acesso às informações governamentais, é preciso testar mecanismos deliberativos e consultivos por meio da Internet. A construção de redes cívicas e a criação de laços com os movimentos sociais serão medidas fundamentais para o sucesso destas políticas.

Finalmente, sobre a questão da governança, os autores propõem a modernização da base tecnológica de todas as instâncias de governo e de seus fluxos de comunicação com a sociedade brasileira.

Embora muitos políticos não considerem que estas sejam providências urgentes diante dos graves problemas sociais que o Brasil vive atualmente, os autores fazem uma advertência à sociedade:

Mesmo que a pobreza hoje esteja deixada de lado e no alto de nossa lista de prioridades e continue assim nas próximas décadas, a exclusão digital nos ameaça num futuro muito próximo. Ou começamos a agir para enfrentá-las agora, ou amanhã poderemos descobrir que é tarde demais (EISENBERG e CEPIK, 2002, p. 313).

Sobre a emergência de novas forças políticas, vale destacar ainda que a mídia também tem um papel importante no cenário democrático atual. É necessário deixar de lado a tradição da imprensa que prioriza as fontes oficiais e os políticos com mandato para abrir espaço aos “desafiantes” (SCHUDSON, 1995, 215-216), que surgem para representar novos interesses sociais. Esta atitude promoveria a “pluralidade interna” nos meios de comunicação, ou seja, a diversidade nas fontes de informação da mídia.

Porém, mesmo que haja vontade para isso, a concretização destas mudanças será lenta e gradual. Enquanto elas não acontecem, os grupos que se organizam a partir dos fóruns virtuais devem apostar em diversas estratégias, seja na Internet, nos meios de comunicação tradicionais, ou em eventos públicos, para realizar “práticas interativas concretas”, como define Rousiley Maia (2002, p. 66), que possam chamar a atenção de outros atores sociais para os temas de seu interesse.

Da mesma forma, é essencial estar aberto ao debate, permitindo negociações pragmáticas com os outros agentes sociais e políticos. A habilidade e a criatividade diante destes desafios serão fundamentais para a sobrevivência de movimentos como o Partido Pirata sueco no cenário político atual.

Referências

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, 216 p.

_____, CHAGAS, Viktor; ESCOBAR, Juliana. A febre dos blogs de política. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 33, p. 29-40, ago. 2007. Disponível em: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/view/3257/3084>. Acesso em 26 abr. 2008.

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água, 1991, 201 p.

BOLTER, J. David; GRUSIN, Richard. *Remediation: Understanding New Media*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2000, 295 p.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: Vol. 1. A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (2. ed.). São Paulo: Paz e Terra, 1999, 616 p.

CEPIK, Marco; EISENBERG, José. *Internet e as instituições políticas semiperiféricas*. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José (orgs.). *Internet e política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 293 – 314.

CERVI, Emerson. *Opinião pública e política no Brasil: O que o brasileiro pensa sobre política e porque isso interessa à democracia*. Disponível em: http://doxa.iuperj.br/artigos/tese_emerson.pdf, 2006. Acesso em 22 abr. 2008.

EISENBERG, José. *Internet, Democracia e República*. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 46, no. 3, 2003, p. 491 a 511. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a03v46n3.pdf>. Acesso em 22 abr. 2008.

EISENSTEIN, Elizabeth. *A Revolução da cultura impressa*. São Paulo, Editora Ática, 1998, 318 p.

FISHKIN, James S. *Possibilidades democráticas virtuais: Perspectivas da democracia via Internet*. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José (orgs.). *Internet e política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 17 – 45.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 27, p. 58 – 78, ago. 2005. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/famecos/article/view/440/367>. Acesso em 10 jun. 2008.

_____. *Opinião política na internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede*. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10º, 2001, Brasília. Anais... São Paulo: Compós, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Wilson2001.pdf>. Acesso em 22 abr. 2008.

GOUVEIA, Luís Manuel B. *Sociedade da informação: Notas de contribuição para uma definição operacional*. Disponível em: http://www2.ufp.pt/~lmbg/reserva/lbg_socinformacao04.pdf, 2004. Acesso em 19 jun. 2008.

HABERMAS, Jürgen. Imprensa de qualidade: entre as grandes famílias, a Bolsa de Valores e o Estado. *Jornal Intercom Notícias*, vol. 3, n. 61, 6 jun. 2007, 4 p. Disponível em: <http://ojs.portcom.intercom.org.br/index.php/jornal/article/view/2971/2785>. Acesso em 19 jun. 2008.

_____. O caos da esfera pública. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 ago. 2006. Caderno Mais!, p. 4-5.

HARRIS, Daniel. *Cute, Quaint, Hungry and Romantic: The Aesthetics of Consumerism*. New York (Estados Unidos): Da Capo Press, 2001, 294 p.

HEWITT, Hugh. *Blog: entenda a revolução que vai mudar seu mundo*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2007, 261 p.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2002, 295 p.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999, 264 p.

MACEK, Jakub. *Defining Cyberculture*. 2005, 26 p. Disponível em: http://macek.czechian.net/defining_cyberculture.htm. Acesso em 22 abr. 2008.

MAIA, Rousiley. *Democracia e a Internet como Esfera Pública Virtual: aproximando as condições do discurso e da deliberação*. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 10º, 2001, Brasília. Anais... São Paulo: Compós, 2001, 15 p. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2001.pdf>. Acesso em 19 jun. 2008.

_____. *Redes cívicas e Internet: Do ambiente informativo denso às condições de deliberação pública*. In: CEPIK, Marco; EISENBERG, José (orgs.). *Internet e política: Teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 46 – 72.

McLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Editora Cultrix, 14ª. ed., 2005, 407 p.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime: Myth, Power and Cyberspace*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 2004, 218 p.

PARTIDO PIRATA (Suécia). *Declaração de princípios versão 3.1*. Disponível em: <http://docs.piratpartiet.se/Principles%203.1.pdf>, 2008. Acesso em 22 abr. 2008.

PARTIDO PIRATA (Suécia). *Manifesto para a eleição de 2006*. Disponível em: <http://torrentfreak.com/the-swedish-pirate-party-presents-their-election-manifesto/>, 2006. Acesso em 22 abr. 2008.

SCHILLER, Dan. *Digital Capitalism: Networking the Global Market System*. Cambridge (Massachusetts): The MIT Press, 1999, 294 p.

SCHUDSON, Michael. *The Power of News*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1995, 269 p.

VILCHES, Lorenzo. *A migração digital*. São Paulo: Editora Loyola, 2003, 280 p.